

Sumário

Lista de Quadros	XI
Lista de Ilustrações	XIII
Lista de Siglas	XV
Prefácio	XVII
Apresentação	XIX
1 Introdução	1
1.1 Contextualização da pesquisa.....	3
2 Metodologia	11
2.1 Abordagem da Pesquisa.....	11
2.2.1 Primeira Fase - A Pesquisa Bibliográfica e Documental o Corpus da Pesquisa.....	18
2.2.2 Segunda Fase - Exploração do Material e Seleção dos Casos de Pesquisa.....	21
2.2.3 Terceira Fase - Tratamento dos resultados e Interpretação	22
3 Escravidão Contemporânea e Direitos Humanos	27
3.1 A Escravidão contemporânea brasileira como continuísmo do sistema escravocrata: a complexidade do debate a ser enfrentado.....	41
3.2 Documentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos sobre a escravidão contemporânea.....	49
3.2.1 Convenção sobre a Escravidão	49
3.2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	50
3.2.3 Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais	60
3.2.4 Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	62
3.2.5 Convenção Americana de Direitos Humanos	63

3.2.6 Trabalho Escravo sob a ótica da Organização Internacional do Trabalho.....	64
3.2.6.1 A Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório (Nº 29)	65
3.2.6.2 A Convenção Relativa à Proteção do Salário (Nº 95)	66
3.2.6.3 A Convenção Relativa à Abolição do Trabalho Forçado (Nº 105) ...	67
3.2.6.4 A Convenção nº 182 - sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua eliminação (Nº 182)	68
3.2.6.5 Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais (1998)	68
4 O Conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil e as Bases Jurídico-Constitucionais para a Regulação.....	71
4.1 O Estado e o Conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo previsto no Art. 149 do Código Penal Brasileiro.....	71
4.2 Considerações sobre os elementos penais integrantes do tipo do art. 149 do CPB e a competência da Justiça Federal para julgar o crime de “reduzir pessoas à condição análoga à de escravos”	76
4.3 A Teoria da escravidão Contemporânea como Prática de Gestão aplicada sob a Perspectiva do Contexto Regulatório: análise de conteúdo documental da aprovação da Emenda Constitucional nº81/2014.....	83
4.3.1 A Aprovação da Emenda Constitucional Nº81/2014	90
5 A Estrutura da Política Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo	99
5.1 Instrumentos de regulação para o Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil.....	99
5.2 A Política Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e a Internalização da virada epistemológica pelos órgãos de fiscalização	104
5.3 Ministério Público: Organização pública de fiscalização da lei e sua atuação no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo	111
5.3.1 Ministério Público do Trabalho.....	112
5.3.2 Ministério Público Federal	113
5.3.3 Ministério Público dos Estados.....	114

6 A Teoria da Escravidão Contemporânea como Prática de Gestão	123
6.1 A escravidão contemporânea e o mercado mundial	123
6.2 A Teoria da Escravidão Contemporânea como Prática de Gestão em Crane.....	129
6.2.1 Contexto de Análise Teórica de Crane, entre macro e microcontexto institucional, capacidades e as proposições apresentadas pelo autor.....	135
7 O Trabalho Escravo Contemporâneo como Prática de Gestão no Contexto Brasileiro: Análise dos Casos.....	143
7.1 Estudo documental caso 1: Operação Minamata.....	143
7.2 Estudo documental caso 2 - Operação Fada Madrinha.....	147
7.3 Estudo documental Caso 3 -Condenação do Estado Brasileiro no caso da “Fazenda Brasil Verde”	151
7.4 A superexploração do trabalho e sua conexão com a prática de gestão.....	159
8 Considerações Finais	171
Referências	175
Apêndice A - Trabalhos Acadêmicos sobre a Temática do Trabalho Escravo Contemporâneo	187
Anexo I - Sentença da Subseção Judiciária do OIAPOQUE na Operação Minamata que Constatou a Redução de Trabalhadores à Redução à Condição Análoga à de Escravos nos Autos do Processo nº 0000436-04.2017.4.01.3102.....	195
Anexo II - Sentença da Operação Fada Madrinha	199
Anexo III - Mérito da Sentença do Caso Brasil Verde - Condenação do Brasil por Omissão em Relação à Escravidão Perante à Corte Interamericana de Direitos Humanos	217